

## IV

### SEM-TERRA DO MST: Caminhos de Luta e Liberdade na Conquista da Terra

*Douglas Menezes de Oliveira*<sup>1</sup>

Na formação social do Brasil, os camponeses foram concebidos apenas como um resíduo do processo, ora transpassados de experiências europeias, ora atropelados historicamente pelos termos “senhor-escravo” e “capital-trabalho”. Em cada etapa do desenvolvimento das forças produtivas, são exaltados apenas os protagonistas de suas contradições.<sup>2</sup>

O Brasil vivenciou um processo tardio de transformações das forças produtivas não reproduzindo as mesmas tendências dos países centrais, sendo marcado profundamente pelo domínio e pela exploração de suas riquezas naturais e, posteriormente, teve a sua inserção periférica no sistema-mundo, tornando-se dependente das economias centrais.

Na segunda metade do século XX, a reestruturação produtiva, incentivada pelo Estado, consolidou as bases do poder e da dominação do capital no campo, com a permanência do latifúndio, não representando, desse modo, entrave para o desenvolvimento das relações capitalistas. O Estado inverteu a lógica da relação contraditória entre a propriedade fundiária e o capital, por meio de incentivos fiscais. O latifúndio não significava mais o atraso econômico e o impedimento para as relações capitalistas, pelo contrário, a manutenção da estrutura abriu condições para a sua reprodução ampliada. As ações intervenientes do Estado contribuíram diretamente para a expansão do poder político por parte dos grandes latifundiários, o que impactou diretamente o modo de vida dos camponeses.

A resposta veio em seguida, no final da década de 1970, com a intensificação de diferentes formas de organização política de trabalhadores e trabalhadoras rurais em defesa do acesso à terra, com

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. É Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

<sup>2</sup>Cf. MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

diversas reivindicações, ocupações de propriedades e acampamentos. As ações realizadas pelos movimentos organizados denunciaram os problemas relacionados ao mundo rural, revelando, também, suas práticas de resistência tecidas nos meandros da vida cotidiana.

Um fato histórico recente no Brasil é a formação de um novo sujeito social, que participa ativamente das lutas de classe, com consciência e identidade própria: são os chamados sem-terra. Para além da definição de uma categoria social de sujeitos que necessariamente não possuem uma terra, apresenta-se como uma identidade de resistência e consciência política, formada por uma herança histórica compartilhada das lutas sociais e uma cultura dissidente.

As lutas instituídas por esses sujeitos transcendem as demandas locais e regionais, e abarcam todo o território brasileiro. As evidências sobre as reivindicações por assentamentos rurais demonstraram as debilidades da política de reforma agrária proposta pelo Estado. As transformações na estrutura fundiária se deram por meio das ações dos movimentos sociais para demandar e pressionar o Estado a realizar a criação de assentamentos rurais, para a construção de novas territorialidades e resistências contra o capital e o latifúndio.

Este capítulo é um convite aos leitores para uma reflexão crítica acerca das relações e dos conflitos de classes presentes na sociedade capitalista, com destaque para as singularidades das experiências transformadoras das lutas e conquistas dos assentamentos rurais, especificamente na fronteira Brasil-Paraguai. As experiências vividas por pessoas comuns<sup>3</sup> no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) convergiram em estratégias políticas, em construção de novos valores e significados, com objetivo de questionar e enfrentar as relações de poder na vida cotidiana<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> A perspectiva historiográfica foi inspirada no pensamento do historiador inglês Edward Palmer Thompson, um dos principais expoentes da tradição da *história vista de baixo*, na qual considera as experiências históricas e o universo cultural das pessoas comuns elementos fundamentais de sua formação de classe e da consciência social. Ver: THOMPSON, Edward Palmer. **As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

<sup>4</sup> As fontes orais, jornalísticas e fotográficas utilizadas resultam da pesquisa de doutorado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon, Paraná. As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2020 com os assentados rurais do Itamarati I e Itamarati II, localizado no município de Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul.

## Colonização e Expansão do Capital na “Abertura da Fronteira”

Desde o final do século XIX, o sul de Mato Grosso, atual estado de Mato Grosso do Sul<sup>5</sup>, abrange um território marcado por intervenções estatais de colonização, impulsionada pelo Estado, oligarquias regionais e interesses de grupos econômicos que vislumbravam no “sertão vazio” o signo de uma “terra próspera” e propícia à extração das riquezas naturais e à apropriação territorial.

A configuração histórica da disparidade na estrutura agrária e da posse da terra, que provocou conflitos sociais, teve início com a delimitação territorial da fronteira do Brasil com a República do Paraguai, após o desfecho da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), na instauração de empreendimentos econômicos.

Nesse período a Companhia Mate Laranjeira adquiriu o direito de concessão para explorar e industrializar os ervais nativos<sup>6</sup> nas terras devolutas do sul de Mato Grosso. O monopólio extrativista estendeu-se por um longo período a partir de decretos concedidos<sup>7</sup> e principalmente com a autorização do governo da província de Mato Grosso para comercialização os ervais na fronteira com o Paraguai.

O domínio econômico dessa empresa se ampliou na região desde as bacias do rio Paraguai, estendendo-se às margens do rio Paraná, na divisa com os estados de São Paulo e Paraná. As áreas arrendadas não eram formadas apenas por matas, mas, também, por campos favoráveis à criação de gado. Este empreendimento impulsionou movimentos migratórios de colonos de diferentes regiões do Brasil e do Paraguai em busca de trabalho.

---

<sup>5</sup> Para compreender a luta camponesa nessa porção do território brasileiro, apresento o processo histórico de formação do antigo sul de Mato Grosso que está relacionado diretamente na criação de Mato Grosso do Sul. A partir da Lei Complementar n.º 31, de 11 de outubro de 1977, o presidente Ernesto Geisel, determinou o desmembramento de Mato Grosso para a criação de Mato Grosso do Sul. A instalação do estado teve início no ano de 1979.

<sup>6</sup> A erva-mate (*Ilex paraguariensis*) é uma planta de origem nativa dos países da América do Sul.

<sup>7</sup> Cf. Decreto n.º 8.779 (1882) Decreto n.º 9692 (1886) e Decreto n.º 520 (1890). No ano de 1889, com proclamação da República, foi renovado por mais uma década o primeiro decreto concedido. No ano de 1892, foi assinado um novo contrato para delimitar a fronteira com a República do Paraguai. A Resolução n.º 103 (1895) estabeleceu novos limites para exploração dos ervais pela Cia Mate Laranjeira.

A exploração e o poderio extrativista propiciaram as primeiras formas de apropriação capitalista da terra. As relações não eram tipicamente salariais de compra e venda da força de trabalho, tendo em vista que durante a primeira concessão estava em vigência o regime escravocrata no Brasil. Após a abolição da escravatura (1888), ocorreu, nesses empreendimentos, a combinação de formas arcaicas de trabalho, como, por exemplo, a escravidão por dívida.

Durante o início do século XX, a maior parte da produção industrial ervateira era destinada ao mercado internacional, para os países da bacia platina da América do Sul, principalmente à exportação para a Argentina. Na ampliação desse comércio externo foi necessária a abertura da navegação pelo rio Paraguai, que beneficiou tanto a exploração de erva-mate quanto outras atividades agropecuárias. Após abertura da navegação, a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) foi outro marco que impulsionou a integração e o desenvolvimento regional.

A proposta inicial da NOB era ligar São Paulo a Cuiabá, no entanto, o trecho foi alterado para Corumbá, devido aos interesses de grupos econômicos que contribuíram no financiamento da obra. No ano de 1914, a primeira parte do trecho foi concluída, ligando o município de Bauru (SP) ao Porto Esperança (MT), localizado às margens do rio Paraguai, atual distrito de Corumbá (MS). A construção da segunda parte do trecho entre Campo Grande e Ponta Porã, foi inaugurada no ano de 1953.

A configuração territorial construída pela atividade econômica ervateira não estava alinhada aos ideais do Estado Novo e, para isso, era necessário destituir o monopólio concedido à Cia Mate Laranjeira. Durante o governo de Getúlio Vargas, foi criado o Território Federal de Ponta Porã (1943)<sup>8</sup>, com o objetivo de desarticular o domínio empresarial da exploração dos ervais, não renovando os decretos de arrendamento dessas áreas.

O Estado, por meio de iniciativas de colonização e ocupação, criou as Colônias Agrícolas Nacionais<sup>9</sup>, para desenvolver e povoar a fronteira com a expansão das atividades agrícolas, caracterizando o movimento de *Marcha para Oeste*. A migração recebeu suporte oficial para solucionar a falta de força de trabalho e absorver os excedentes populacionais das regiões Sul e Sudeste do Brasil. No ano de 1943, foi criada a Colônia Agrícola Nacional

---

<sup>8</sup> Visando também promover medidas de segurança nacional no contexto da Segunda Guerra Mundial, o Estado criou territórios federais que alteraram a divisão regional do Brasil.

<sup>9</sup> O governo de Getúlio Vargas, por meio do órgão estatal de Divisão de Terras, criou as Colônias Agrícolas Nacionais. Cf. Decreto-Lei n.º 3.059, de 14 de fevereiro de 1941.

de Dourados (CAND)<sup>10</sup>, no Território Federal de Ponta Porã, com o objetivo de povoar a região da Grande Dourados e desenvolver as cidades no entorno, com o suporte da agricultura e da pecuária.

A expansão das fronteiras agrícolas promoveu impactos nos modos de vida das populações indígenas. Os Guarani Kaiowá e Guarani Nandeva foram os primeiros habitantes nessa faixa de fronteira com o Paraguai, pois, antes mesmo dos conflitos militares e da delimitação territorial entre os dois países, já tinham suas formas de organização sociocultural e o modo de vida tradicional, associado às práticas da agricultura, da caça, da pesca e da coleta<sup>11</sup>.

Esse processo deslocou um conjunto de atividades econômicas, que caracterizou a ocupação territorial, provocando encontros e desencontros de temporalidades históricas entre os grupos sociais na fronteira. A frente de expansão ampara a frente pioneira conduzidas simultaneamente não apenas pelos “agentes da civilização”, mas também pelos “agentes da modernização”, baseada na racionalidade capitalista e na mentalidade da inovação empreendedora. A frente pioneira é mais que o deslocamento para novos territórios, é a situação social, que induz ao processo de transformações e contradições sociais<sup>12</sup>.

A partir da década de 1970, as transformações ocorridas caracterizaram novos fluxos migratórios, com a chegada de colonos oriundos do Brasil meridional para essa região, impulsionados, sobretudo, pela valorização e pela disponibilidade de terras do até então estado de Mato Grosso. Os benefícios ofertados eram atraentes, pois o Estado oferecia uma série de vantagens para aquisição de grandes porções de terras por preços relativamente baixos, facilidades de financiamentos e linhas de créditos disponíveis<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 5.941, de 28 de outubro de 1943.

<sup>11</sup> As frentes de colonização que avançavam em direção aos territórios indígenas não se limitavam a invadir suas terras, mas utilizavam-se de vários expedientes para atraí-los, submetê-los e explorá-los, seja na extração da erva-mate, ou na agricultura ou na pecuária. Cf. BRAND, Antônio. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani**: os difíceis caminhos da palavra. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1997.

<sup>12</sup> Cf. MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

<sup>13</sup> Cf. MENEGAT, Alzira Salete. **No coração do Pantanal**: assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral/MS. Dourados: UEMS/UFGD, 2009.

A reestruturação produtiva agrícola, baseada no receituário tecnológico da revolução verde, consolidou as relações capitalistas no campo. O desenvolvimento desigual e contraditório do capital no campo foi impulsionado pelo Estado, durante o regime militar (1964-1985), com a inserção de maquinários agrícolas, insumos modernos, defensivos e fertilizantes para o solo, ou seja, a implementação do pacote tecnológico da empresa capitalista para racionalidade e elevação do processo produtivo.

Essa dinâmica produtiva conduzida pelo Estado para o benefício do capital promoveu a expulsão de trabalhadores rurais do campo, seja pelo avanço das cercas, das lavouras, dos pastos, dos títulos e dos maquinários. Nesse período, valendo-se do quadro favorável, o empresário brasileiro Olacyr Francisco de Moraes (1931-2015) adquiriu um imóvel rural de 50.000 ha, no sul de Mato Grosso, instalando a fazenda Itamarati, que mais tarde se tornou o “império da soja” na mesma porção territorial, onde no passado o Estado havia cedido o monopólio para a formação do império ervateiro da Cia Mate Laranjeira.

As ações intervenientes do Estado contribuíram diretamente para a ampliação do poder político por parte dos grandes latifundiários, o que impactou significativamente o modo de vida dos camponeses. As contradições do desenvolvimento na configuração territorial de Mato Grosso do Sul apresentam evidências de que o atual estado já “nasceu” com sua estrutura agrária desigual, bem como com setores econômicos já dominados em função da vastidão de terras a eles destinadas.

A tecnificação do meio rural foi um fator decisivo que garantiu, de forma crucial, o êxodo rural, gerando, como problema central, o amplo fluxo de trabalhadores para o meio urbano. A própria utilização e distribuição das terras é uma questão fundamental para evidenciar seu caráter monopolista. Mesmo que a terra não esteja sendo trabalhada, ela está em constante processo de valorização imobiliária, por ser alvo de especulação do capital. A característica que sustenta a especulação é justamente a demanda do mercado internacional para a circulação de mercadorias<sup>14</sup>.

O capital tem preferência pela expansão de suas relações de produção em setores econômicos mais lucrativos, destinados às exportações e ao abastecimento do mercado externo. As atividades e empreendimentos no campo resultam gradativamente na diminuição do espaço para a reprodução social do campesinato. A presente disparidade

---

<sup>14</sup> Cf. MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

territorial produziu efeitos contraditórios e um aumento significativo de famílias sem terra no estado de Mato Grosso do Sul.

A luta dos sem-terra remete ao questionamento do poder estabelecido e da estrutura agrária desigual, que promoveu a exclusão de diferentes modos de vida no campo. As evidências históricas apontam que essa porção territorial do Brasil, desde o final da Guerra da Tríplice Aliança, foi marcada por monopólios, projetos de colonização e a instauração de grandes empreendimentos capitalistas, o que desencadeou inúmeros conflitos sociais na região fronteiriça, engendrando as principais formas de organização, protestos e conquistas do campesinato, que procura constituir práticas de resistência cotidiana para garantir sua permanência e reprodução social no campo.

## **Lutas e Resistências Transformadoras**

As experiências sociais da luta pela terra e pela reforma agrária foram potencializadas no processo de transição democrática do país. A construção da Nova República foi marcada pela redefinição de estratégias políticas desenvolvidas pelos movimentos sociais de trabalhadores rurais, para a afirmação de direitos sociais e democráticos que outrora foram sufocados durante o regime militar.

Ao longo da vigência do regime ditatorial, o Estado assumiu para si o caráter “modernizador do latifúndio”<sup>15</sup>. Esse processo desencadeou a repressão dos movimentos sociais, como, por exemplo, das Ligas Camponesas<sup>16</sup>, que sofreram impactos violentos em suas organizações, bem como in-

---

<sup>15</sup> No início do regime militar foi sancionado o Estatuto da Terra (Cf. Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964), que definia a função social da propriedade e o interesse dos trabalhadores para desapropriação dos latifúndios improdutivos. O Estatuto da Terra se insere como um instrumento constitucional de garantia e legitimidade nos processos de reforma agrária no Brasil. Segundo José de Souza Martins (1981), este dispositivo concedeu uma abertura para o controle do Estado em detrimento dos conflitos sociais pela posse da terra e para maquiá os problemas referentes a questão agrária, fazendo da reforma agrária uma questão superficial, de emergência, baseada na tentativa de desmobilizar os camponeses, onde havia conflitos sociais que poderiam oferecer riscos ao regime político. Tratava-se de uma resolução focada em conflitos isolados, ignorando de que se tratava de um problema político, nacional e de classe.

<sup>16</sup> Durante as décadas de 1950 e 1960, a atuação das Ligas Camponesas assumiu um importante papel na luta por reforma agrária no Brasil. O projeto radical de transformação visava atingir o cerne da estrutura fundiária. Esta organização camponesa formada no Nordeste brasileiro, especificamente no estado de Pernambuco, constituiu a principal frente popular

tervenções militares nos sindicatos de trabalhadores rurais recém-criados.

Nesse período, homens e mulheres do campo, recriaram práticas políticas para demandarem a reforma agrária ao Estado, por meio de ocupações e organização de acampamentos. As estratégias começaram a se manifestar com as ocupações de terras na região Sul do Brasil. Tratava-se de ações que foram ganhando diferentes dimensões pelas unidades federativas, constituindo-se de características simbólicas e materiais de organização do espaço. A formação do acampamento resulta diretamente da ocupação de um latifúndio improdutivo, irregular, grilado, ou área pública da União. Dessa forma, está relacionado diretamente à reivindicação de uma propriedade na qual se pretende realizar um futuro assentamento, no interior e fora do imóvel requerido.

No Mato Grosso do Sul, os povos indígenas Guarani e Kaiowá também haviam consolidado um movimento de luta pelo território, especialmente na porção meridional do estado. Os indígenas têm realizado ocupações de fazendas e organização de acampamentos às margens das rodovias, semelhante aos dos trabalhadores sem-terra, para retomar o seu território ancestral, denominado como *tekoha*<sup>17</sup>, expropriado durante as ações intervenientes do Estado para a colonização da fronteira do Brasil com o Paraguai.

A organização dos camponeses e dos povos indígenas têm enfrentado inúmeras arbitrariedades jurídicas mediada por um conjunto de liminares de reintegração de posse e despejo promovido pelo poder judiciário e a omissão do poder público para a resolução dos problemas agrários e fun-

---

de enfrentamento às forças dominantes dos proprietários de terras. A expansão massiva das Ligas em diversas regiões havia se tornado uma grande ameaça para a estabilidade política e econômica do país. Cf. MEDEIROS, Leonilde Servolo. **História dos movimentos sociais do campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

<sup>17</sup> A concepção de *tekoha* é expressa não apenas como uma referência ao território, mas compreende a uma definição nativa dos próprios indígenas na afirmação dos seus direitos tradicionais. Os *tekohas* são identificados como o espaço físico e social, no qual se vive o verdadeiro modo de ser desses povos. Nesse caso, remete tanto ao território quanto aos elementos que permitem a reprodução do seu sistema sociocultural. Os acampamentos indígenas de retomadas dos *tekohas* são descritos como um processo de mobilização sociocultural e histórico, organizado por lideranças indígenas e composto por suas redes de parentela (família extensa). O marco das disputas territoriais se intensificou com a inviabilização progressiva da vida econômica, social e cultural nas reservas diminutas criadas pelo Estado, fato histórico que tem sido decisivo no agravamento dos problemas relativos à pauperização da vida, a violência e os ataques contínuos às organizações.



diários no estado. As práticas de lutas configuram em resistências cotidianas contra os grupos dominantes e os setores econômicos do agronegócio.

Nesta correlação de forças políticas, os proprietários fundiários haviam consolidado uma estrutura hegemônica de representação de seus interesses econômicos no âmbito do Estado, por meio de duas principais entidades, como a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) e a União Democrática Ruralista (UDR). A primeira cumpriu um papel político na integração de outras entidades empresariais existentes, além de atuar junto ao Congresso Nacional para a construção de um projeto econômico da burguesia agrária. A segunda buscou legitimar o discurso conservador reacionário, alinhando-se às bases da concepção neoliberal reativadas no contexto mundial, produzindo novas roupagens para a sustentação da perspectiva conservadora na agricultura<sup>18</sup>.

Com o fortalecimento na esfera do Estado, as classes dominantes tiveram ampla participação em diferentes setores econômicos e decisivos da política nacional. Além de integrarem a composição produtiva agroindustrial, estão alinhadas aos circuitos industriais e financeiros mais importantes do país. Os proprietários fundiários tornaram-se os principais agentes econômicos dentro da estrutura capitalista por deterem o monopólio das terras e uma representação política, valendo-se das ações do Estado para garantir seus interesses, além de se perpetuarem no poder com o uso da força, frente ao avanço dos movimentos sociais.

O Estado abriu mão de um projeto de desenvolvimento nacional, ao contrário disso, garantiu a manutenção do modelo agroexportador, viabilizado pela concentração desigual das terras, além de promover a fusão com as indústrias que caracterizaram a “estrangeirização” de grande parte do território brasileiro dentro do prisma de funcionamento do capitalismo internacional.

Os indígenas e os camponeses representam diretamente o entrave para o avanço das forças dominantes do agronegócio, da mineração, do hidronegócio e da financeirização ambiental que sustenta a lógica predatória neoextrativista no Brasil e na América Latina. Esses grupos sociais têm tido lutas completamente diferentes, considerando os fatores diversos e demandas específicas em relação à terra e ao território. Ambos grupos sociais,

---

<sup>18</sup> Cf. GERMER, Clauss. Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 1990. In: STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

constituem, na sociedade contemporânea, as principais frentes de resistências ao capital predatório<sup>19</sup>.

No âmbito destas relações conflitivas, os movimentos sociais rurais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>20</sup>, defende diferentes projetos de transformação no campo, para viabilizar a reprodução social do campesinato. A formação do MST nesse processo político agregou diversos sujeitos que não possuíam terra, absorvidos pelos impactos das relações capitalistas e motivados pela necessidade histórica de romper com os laços da dominação, exploração e, principalmente, da expropriação.

A organização política do MST no estado de Mato Grosso do Sul é formada por uma diversidade histórica de sujeitos sociais. Essa diversidade está relacionada às trajetórias de vida desses sujeitos na luta contra a expulsão e exclusão social provocadas pelo modo de produção capitalista. As lutas dos sem-terra foram sendo redefinidas e aperfeiçoadas ao longo do tempo. As ocupações e acampamentos se tornaram uma das principais formas de garantir o direito à terra e à reforma agrária no Brasil. As ações realizadas evidenciaram a disseminação das práticas de resistência, subvertendo o pacto político firmado entre os setores dominantes da burguesia, os partidos políticos e os latifundiários na transição para o regime político da Nova República, em que os trabalhadores ficaram à margem<sup>21</sup>.

Os assentamentos rurais são resultados dessas pressões sociais orientadas pela afirmação do direito à terra, ao trabalho e à dignidade. Essas experiências desencadearam conquistas importantes para os sem-terra. No total, até o ano de 2019, foi registrada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a criação de 9.478 projetos de assentamentos, distribuídos por todos os estados, abarcando 1.349.689 famílias assentadas, numa área correspondente de 89.502.605 ha.

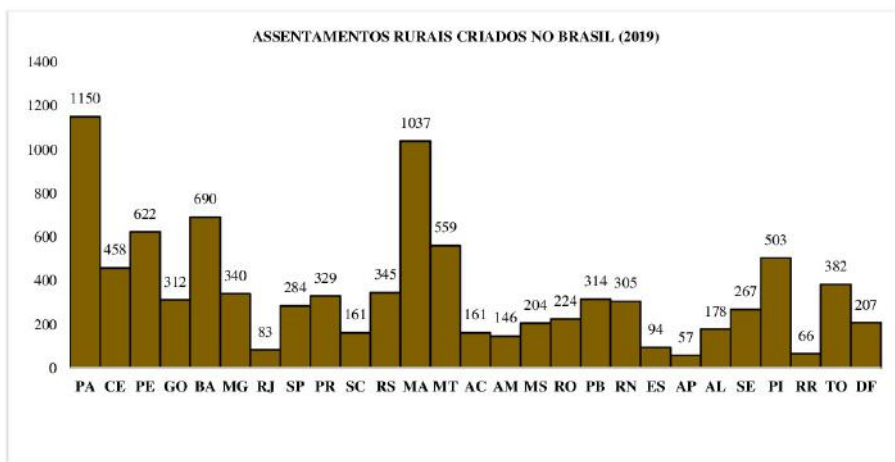
---

<sup>19</sup> Cf. MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

<sup>20</sup> O fruto das lutas sociais do campo germinou a formação do MST no ano de 1984. Os métodos de atuação constituídos pelo movimento têm promovido ocupações de latifúndios improdutivos que não cumprem função social e a construção de um novo processo de sociabilidade nos assentamentos, enfrentando diretamente as grandes corporações do capital no campo.

<sup>21</sup> Cf. MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

**Gráfico 1:** Assentamentos Rurais criados no Brasil (2019)



Fonte: INCRA, 2020. Org.: Douglas Menezes de Oliveira.

Os assentamentos rurais conquistados revelam mudanças importantes no campo. No entanto, um problema que tem sido observado nos últimos anos é a ausência de novos assentamentos e, em contrapartida, a ampliação das propostas de “reforma agrária” via financiamento de lotes subsidiados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), antigo Banco da Terra.

O problema é que, quando há uma ampliação das políticas de crédito fundiário para a aquisição de lotes, consequentemente, ocorre a contração referente às desapropriações de imóveis rurais para a criação de projetos de assentamentos. Essa relação revela alguns dos impasses vividos pelas famílias que estão há muito tempo acampadas às margens das rodovias no estado Mato Grosso do Sul. O descaso do Estado com a política de reforma agrária engrossa as fileiras de barracos espalhados pelas estradas e a ampliação das desigualdades sociais.

A ausência de assentamentos rurais promove relativamente um campo favorável para a ampliação de créditos que beneficiam especuladores e proprietários rurais que tem interesse em vender suas fazendas por preços acima do que realmente vale. Este é um dos problemas que não se restringe ao âmbito estadual, pois, estas medidas têm sido uma ferramenta política que promove a exclusão das famílias que não tem condições financeiras para adquirirem um lote ou requererem algum tipo de financiamento bancário.

A posição de classe assumida pelo Estado frente às demandas sociais revela a relação simétrica com o capital financeiro. A intervenção estatal nesse processo desencadeia elementos fundamentais acerca da própria interpretação do problema. A questão agrária não deve ser confundida com propostas e metas de novos assentamentos rurais designadas no cenário político, bem como supor que foi criada pela conjuntura recente, pois ela não está vinculada ao tempo de governo e tampouco possui um caráter monolítico e invariante. O problema tem sua própria historicidade em decorrência das contradições engendradas pelo desenvolvimento desigual do capitalismo, com diferentes desdobramentos nas relações sociais<sup>22</sup>.

A posse da terra mantida num pequeno número de proprietários condena o contingente de famílias à vulnerabilidade socioeconômica. E, para aprofundar o problema, a reforma agrária que tem sido adotada pelo Estado não conseguiu atingir a matriz provedora das desigualdades sociais no campo.

A longa duração dos conflitos de classe presente no campo, representa a vigência de diferentes demandas sociais, que reivindicam a ampliação do sistema econômico e do espaço ocupado pela agricultura camponesa, ou seja, a disputa pela ressocialização e recriação do seu modo de vida, subordinada ou alternativa ao capital, destinada à manutenção da subsistência do campesinato.

## **Experiências dos Sem-Terra do MST e a “Conquista na Fronteira”**

Como vimos nas evidências históricas apresentadas, a luta dos sem-terra é constituída na realidade dinâmica, diversa e contraditória da sociedade. As ocupações e acampamentos formados em tempos e espaços diversos reúnem diferentes trajetórias de vida e identidades, que dão sentido histórico aos processos interativos na formação histórica de classe. As práticas políticas realizadas na luta pela terra resultaram na recriação de modos de vida e no protagonismo histórico desses sujeitos sociais, independentemente de seus apoiadores ou mediadores.

Tentando escapar da homogeneização das experiências sociais, os acampamentos não apresentam as mesmas formas de organização do es-

---

<sup>22</sup> Cf. MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2004.

paço, do tempo e das relações sociais, tendo em vista que cada organização possui conteúdos e singularidades constituídas que, transcendem os aspectos visíveis e materiais, sendo também o marcador das diferenças entre eles.

Os sem-terra e os movimentos promovem a espacialização e a territorialização de sua organização, constituindo-se num processo de apropriação do espaço e conquista de frações do território. Essa interação está pautada nas dinâmicas sociais e recomeço de novas trajetórias, pois quando os sujeitos decidem fazer uma ocupação e um acampamento, iniciam um processo de constituição de novos espaços de luta e resistência<sup>23</sup>.

Esses espaços sociais geram aprendizagem e contribuem para a construção de novos saberes, práticas e valores. O sentido da interação repousa nas trocas de experiências, trajetórias e expectativas que demarcam a similaridade de suas condições objetivas no fazer-se da resistência cotidiana. A participação ocorre de modo coletivo e interativo entre acampados, movimentos, mediadores e apoiadores envolvidos. A sociabilidade no espaço constitui laços de solidariedade e conflitos no ambiente de vivência coletiva.

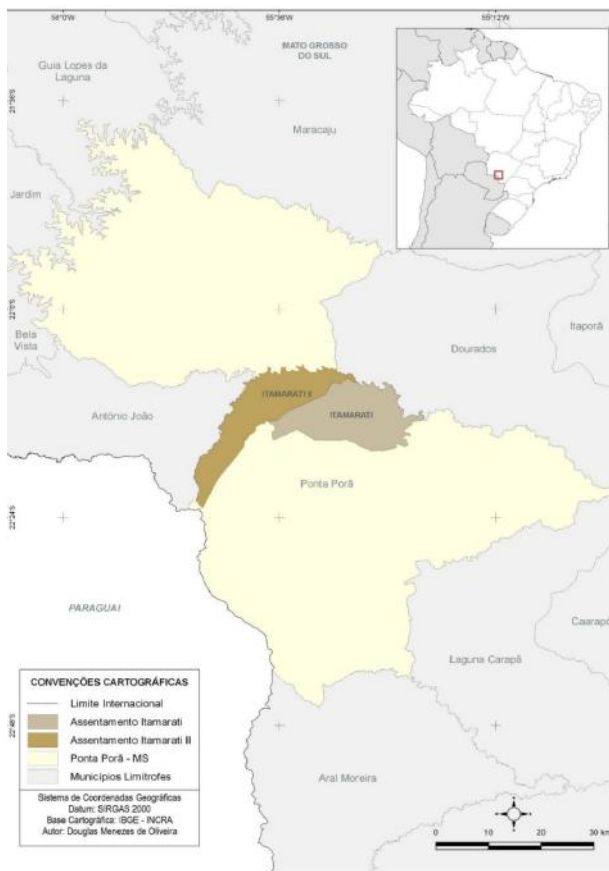
Nas narrativas dos assentados rurais do Itamarati I e Itamarati II, foram construídos diálogos<sup>24</sup> para a compreensão das experiências de luta e conquista de um lugar para viver e reconstruir seu modo de vida.

---

<sup>23</sup> Cf. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

<sup>24</sup> Os diálogos produzidos com os assentados rurais foram norteados a partir das reflexões produzidas por Alessandro Portelli sobre o método da história oral. Ver: PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

**Mapa 1:** localização dos Assentamentos Rurais na fronteira Brasil-Paraguai



No início dos anos 2000, os acampados construíram barracos de madeiras com cobertura de lonas de diferentes colorações, reforçada com alguns restos de materiais encontrados. Os sem-terra se instalaram às margens da rodovia MS-164, localizada no município de Ponta Porã, no estado de Mato Grosso do Sul.

Por se tratar de uma região fronteiriça entre o Brasil e o Paraguai,<sup>25</sup> o acampamento do MST, foi formado, inicialmente, por 500<sup>26</sup> famílias de

<sup>25</sup> O município de Ponta Porã faz fronteira seca com Pedro Juan Caballero, departamento de Amambay.

<sup>26</sup> Em entrevista com assentado Jacob, um dos coordenadores do MST naquele período, ele relatou que participaram do acampamento enquanto estiveram às margens da rodovia,

origens sociais diversas. Os barracos possuíam alguns elementos simbólicos e místicos, bandeiras de sua organização, códigos de convivência e uma escola. Os participantes são oriundos de diferentes municípios e estados brasileiros e também *brasiguaios* que retornaram ao Brasil, depois de décadas vivendo como estrangeiros no Paraguai, com a expectativa de conseguir ter acesso à terra no seu país de origem.

**Imagem 1:** Acampamento do MST



**Fonte:** Jornal *O Estado de S. Paulo*, 2003.

As posições fixadas dos barracos, dos dois lados da rodovia, entre as cercas de arames das fazendas transmitem a impressão de que estes espaços sociais são “amontoados de barracos” lançados à própria sorte. A matéria produzida pelo Jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 6 de julho de 2003, intitulada “Assentamento Itamarati, ou levaram o presidente no bico”, relatava a presença marcante de movimentos e sindicatos requerendo ao ex-presidente Lula a desapropriação da segunda parte da fazenda Itamarati e, ao mesmo tempo, propagando uma imagem negativa dos primeiros anos de instalação dos Assentamento Itamarati nos anos 2000.

A reportagem publicada pelo Jornal *O Globo*, intitulada “*De antigo império da soja à maior favela rural no interior do Brasil*”, no ano de 2013, apresenta um conteúdo tendencioso, como o próprio título expressa, com objetivo de descaracterizar as lutas sociais dos movimentos sociais que deram origem aos assentamentos rurais, formado em duas etapas da compra

---

aproximadamente 2.000 famílias.

da antiga fazenda Itamarati, reconhecida nacionalmente como *império da soja* na década de 1980. O objetivo era caracterizar os assentamentos rurais como símbolo de “reforma agrária fracassada”, baseado na superficialidade e na utilização de falas descontextualizadas de alguns moradores. Embora os assentados rurais enfrentem algumas dificuldades, não se trata de um fracasso como é comumente propagado. Esse exemplo demonstra a intenção explícita de alguns veículos de comunicação de grande circulação nacional na propagação de uma visão negativa frente à opinião pública sobre luta dos sem-terra no Brasil. As matérias publicadas sobre estes assentamentos rurais buscam realizar comparações descabidas, de quando a propriedade ainda era posse do ex-proprietário “rei da soja”, que gerava desenvolvimento econômico para o país, com o suposto “fracasso” ao criar os assentamentos rurais, em que sem-terra, agora assentados, transformaram as áreas produtivas da fazenda em “favelas rurais”.

A formação histórica desses assentamentos rurais é constituída por espaços e tempos de encontros e desencontros entre os diferentes grupos sociais na fronteira e realidades dinâmicas em constantes transformações. As condições vivenciadas fizeram com que esses sujeitos buscassem nesses acampamentos organizados uma forma de luta pelos seus interesses. A opção encontrada havia sido participar das organizações coletivas diante das adversidades para terem acesso à terra.

Na busca por respostas e orientado por outras fontes históricas para compreender o cotidiano pouco visível das “lutas silenciosas” dos sem-terra em acampamentos<sup>27</sup>, os assentados rurais narram que resistiram fazendo uso de cestas básicas distribuídas pelo governo e que eram divididas entre os movimentos, além de realizarem trabalhos diários como garantia provisória de obtenção de renda.

Diante de tais condições vividas, questionei o assentado Antonio, integrante do MST, como havia sido a luta naquele período, na expectativa de que talvez pudesse captar uma narrativa em que descreveria a dificuldade daqueles que percorrem o itinerário da luta pelo direito à terra, deparei-me com o seguinte relato:

Não, graças a Deus, a gente tinha cesta básica. Daí acabei de me curar da operação, me tratei e comecei a trabalhar para um e para outro, para ter uma mistura. Porque a cesta básica só vinha um

---

<sup>27</sup> Cf. SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n.01, p. 10-31, jan./jun. 2002.



pedaço de carne, só vinha um jabá<sup>28</sup> e também sardinha, mas, a gente não perdia nada. Uma vez veio um jabá meio estragado para mim e, já falei que não ia jogar fora isso não, peguei e cozinhei aquele jabá com folha de abóbora e folha de batata que tinha no acampamento e tirou tudo aquele gosto ruim do jabá<sup>29</sup>.

A noção de sofrimento constituída no mundo das ocupações de terras e no período de acampamento<sup>30</sup> é deixada de lado em alguns relatos, apresentando também a alegria com os ganhos e o pouco do que se tinha para se alimentar, ainda que de maneira limitada. Pode parecer algo muito simples e comum o recebimento de cestas básicas por parte dos acampados, entretanto, essa era uma opção encontrada para suprir as necessidades básicas que garantiu também a permanência no acampamento.

Adiante, nesse diálogo, Antonio revela que tudo valeu a pena, pois ao conquistar a terra pôde se reconectar às suas raízes oriundas da roça. Fazer parte do acampamento significou para o assentado a possibilidade de realizar seu sonho. O sentimento de gratidão com o que se conseguia para sobreviver e se manter no acampamento às margens da rodovia permeia ainda em grande parte das narrativas dos assentados rurais. O relato da assentada Celina é mais uma evidência disso:

Não era sofrido não, eu gostava, era um tempo que eu dormia bem gostoso, até hoje eu não esqueço disso. Eu estava dormindo e pensava que estava lá no meu sítio, mas, quando acordava, meu Deus! Estava no meio da rodovia, assim, dá um choque, sabe?

A necessidade de acampar repousava também nas limitações econômicas de se manter nos diferentes setores de serviços no meio urbano e que perdurou por algum tempo enquanto as famílias estiveram acampadas. A vivência na cidade revela um sentimento de “não-pertencimento” àquela realidade. A expectativa de retornar a vida no campo fez com esses sujeitos

---

<sup>28</sup> O significado de Jabá ganha diferentes formas de denominação conforme a região do Brasil, em outras localidades, por exemplo, é conhecido popularmente como charque ou carne seca.

<sup>29</sup> ENTREVISTA. Antonio. (áudio-mp3). Produção: Douglas Menezes de Oliveira. Ponta Porã: 24 de fevereiro de 2020. 30 min. 24 segs. (aprox.), son.

<sup>30</sup> A antropóloga Lygia Sigaud, ao analisar a produção das linguagens simbólicas do mundo das ocupações de terras e da montagem de acampamentos, identificou que por meio deste ato legitimador de suas pretensões, as pessoas que se submetem viver nos barracos de lona, representa como um sofrimento que os tornam merecedores da recompensa da terra por tais condições aceitas. Cf. SIGAUD, Lygia. Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil. *Cuadernos de Antropología Social*, nº 20, pp. 11-23, 2004.

vislumbrassem as possibilidades de saída das condições difíceis das relações de trabalho e, ao conquistar a terra, poder viver e plantar na roça, assim como aprenderam no passado com seus pais.

A terra é concebida, segundo os assentados, como um “lugar de fartura”, ou seja, um lugar que viabiliza condições essenciais para suprir as necessidades básicas dos seres humanos. Essa perspectiva é construída nas vivências sociais do passado e do presente. O assentado Nelson, ao mostrar as fotografias guardadas nas caixas de sapatos, recorda quando participava de grupos de teatros para propagar a mística do movimento em diferentes regiões do estado. A fotografia<sup>31</sup> cedida resguarda memórias de quando fazia parte dos grupos de apresentações.

Neste diálogo, o assentado narrou sobre a importância da mística como uma prática simbólica para o fortalecimento da resistência e da construção de novos valores no *fazer-se* da luta e permanência na terra. Em sua narrativa, o MST representa homens e mulheres do campo que buscam justiça social, o direito à terra e nela condições dignas para viver. Portanto, naquele período, era necessário fortalecer a resistência coletiva entre os sem-terra, sobretudo diante das incertezas do futuro após a conquista dos assentamentos.

**Imagem 2:** Grupo de teatro do MST



**Fonte:** Acervo do autor.

---

<sup>31</sup> Na fotografia cedida, o entrevistado Nelson é aquele que se encontra no canto direito abaixado no chão, próximo a uma cadeira, usando uma calça preta e uma camisa de cor branca.

A mística combinava encenações com uso de símbolos, bandeiras, canções, hinos, ferramentas de trabalho, alimentos produzidos pela agricultura camponesa, discursos de ordem religiosa e política, sendo esses os elementos fundamentais da matriz discursiva dos integrantes do movimento.

As mensagens produzidas tinham como objetivo apresentar o sentido histórico da luta camponesa no contexto da América Latina, a necessidade da terra para os pobres e principalmente o papel político assumido por homens e mulheres do campo na transformação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na condição de acampados, à terra assumia características distintas para cada um deles. A própria conquista dos assentamentos rurais não representou apenas o resultado de uma correlação de forças e disputas travadas no cenário político, mas, significados que movem e transformam as relações sociais, ou seja, à terra é vida ou, um lugar que lhes proporciona a liberdade.

A noção de liberdade, presente em muitas narrativas dos assentados rurais, se refere à comparação com o passado, quando ainda tinham que se submeter às relações de trabalho em diferentes estabelecimentos. Um caso marcante que reflete tal compreensão, surgiu na entrevista com o assentado Nelson, quando narrou sua experiência de trabalho da seguinte forma: “lembro quando eu trabalhava para um fazendeiro, de peão, eu parava na casa dele, eu ganhava cinco sacas de milho por mês, esse era o valor”, ainda completou que fazia de tudo um pouco, era tratorista, caminhoneiro e lavava pratos para a patroa, porque parava dentro da casa deles<sup>32</sup>.

O fato de muitos trabalhadores rurais residirem de forma provisória ou permanente nas fazendas em que desempenhavam funções, transmite uma sensação de dever, de sempre estar em “dívida” ou gratidão com o proprietário da terra. Ao fornecer uma moradia ao trabalhador contratado e sua família e, por não precisar pagar aluguel mensal, em determinados casos, a sua companheira ou esposa, também se sente na “obrigação” não contratual de desempenhar, além das funções que fora contratada, zelar pela casa (sede) da fazenda do proprietário.

Para o assentado, este valor recebido (pagamento em espécie) por mês, era muito justo, pois, dava para sobreviver e começar a arrendar, se comparado aos salários que recebia em outras atividades que era

---

<sup>32</sup> ENTREVISTA. Nelson. (áudio-mp3). Produção: Douglas Menezes de Oliveira. Ponta Porã: 24 de fevereiro de 2020. 30 min. (aprox.), son.

contratado, principalmente as suas experiências quando trabalhava no meio urbano.

Veja bem, antigamente, depois que me livrei de ser empregado, comecei a trabalhar por conta, eu trabalhava por porcentagem, numa churrascaria grande, na beira da estrada, em Realeza, Paraná. Os garçons trabalhavam 15 horas por dia, no mínimo, eles trabalhavam, um mês para comprar uma camisa, um sapato, uma calça, cada peça, para trabalhar, estou falando: cada peça, era um mês que eles tinham que trabalhar. Não tinha direito de tomar uma cerveja no final de semana. Sabe o que é isso?

O senso de justiça que permeia a narrativa do assentado revigora a partir do diálogo provocado acerca de suas próprias percepções do passado. O fragmento narrado termina questionando-me sobre a dignidade dos trabalhadores que desempenham atividades extenuantes e, ainda assim, tem o lazer negado e limitações impostas para o acesso de mercadorias e produtos básicos. Tais fatores contribuíram diretamente para as decisões em participar do acampamento.

Lutar pela terra significou travar a busca de um lugar para viver com aqueles que mais importam a cada um deles, ou seja, os amigos, a família e suas futuras gerações. As trajetórias dos sem-terra constituem elementos significativos que transformaram os seus valores ao longo do tempo. No presente, por mais que essas pessoas enfrentem algumas limitações na terra conquistada, aos poucos vão encontrando formas de superar na vida cotidiana. Como o assentado Clóvis gosta de enfatizar: “eu sempre digo, os assentados mais felizes que têm é nós, estamos aqui tranquilos, uma vida simples, não nos falta nada, graças a Deus”<sup>33</sup>.

Essas e outras conquistas vividas revelam a “recompensa” que a luta coletiva os proporcionaram. Diante de um cenário de crise pandêmica da Covid-19, bem como as incertezas que assola o nosso mundo, espero que em breve, quando tudo isso passar, possamos construir novos diálogos e perspectivas sobre seus projetos de vida e de futuro na terra.

---

<sup>33</sup> ENTREVISTA. Clóvis. (áudio-mp3). Produção: Douglas Menezes de Oliveira. Ponta Porã: 24 de fevereiro de 2020. 1h. 20 min. (aprox.), son.